



RELATÓRIO: MAPEAMENTO INSTITUCIONAL DE PESSOAS TRANS, TRAVESTIS E TRANS NÃO BINÁRIAS DA UNB

Coordenação LGBTQIA+
Secretaria de Direitos Humanos (SDH/UnB)
Ano de referência: 2025

1. Apresentação

Este relatório apresenta e analisa os resultados do Mapeamento Institucional de pessoas trans, travestis e não binárias da Universidade de Brasília (UnB), realizado no ano de 2025 pela Coordenação LGBTQIA+ da Secretaria de Direitos Humanos (SDH). O objetivo central foi estimar quantas pessoas trans, travestis e não binárias compõem a comunidade universitária, oferecendo subsídios qualificados para o aprimoramento das políticas de acesso, permanência, acolhimento e proteção de direitos.

O mapeamento reúne informações inéditas que fortalecem a capacidade de planejamento e tomada de decisão da gestão universitária, especialmente em temas como infraestrutura, assistência estudantil, formação de servidores, fluxos administrativos e políticas de inclusão. Trata-se de um diagnóstico institucional importante para orientar ações que tornem a universidade mais justa, acolhedora e alinhada aos princípios de diversidade e equidade.

2. Metodologia sintética

- **Instrumento:** formulário de autodeclaração on-line, elaborado e aplicado por meio da plataforma Google Forms, com acesso restrito a pessoas com e-mail institucional (@unb.br), garantindo que apenas integrantes da comunidade universitária da Universidade de Brasília pudessem participar do mapeamento.
- **Público-alvo:** pessoas trans, travestis e trans não binárias com e-mail institucional ativo.
- **Critério de inclusão:** autodeclaração da identidade trans, travesti ou trans não binária.
- **Total de respondentes válidos:** 334 pessoas.

O relatório apresenta análises descritivas e interpretativas, articulando dados quantitativos e informações qualitativas provenientes dos atendimentos realizados pela Coordenação LGBTQIA+ da SDH.

3. Perfil geral das pessoas respondentes



3.1. Total de respondentes

- **334 pessoas trans**, travestis e trans não binárias participaram do mapeamento.

Esse dado reforça que a presença de pessoas trans na UnB não é residual, mas expressiva, exigindo políticas estruturadas e permanentes de inclusão.

4. Identidade de gênero (autodeclarada)

- 198 pessoas trans não binárias (59,3%)
- 57 homens trans / transmasculinos (17,1%)
- 47 mulheres trans (14,1%)
- 12 travestis (3,6%)
- 20 outras expressões de gênero (6,0%)

Análise

1. Predomínio de pessoas trans não binárias

O dado contrasta com levantamentos nacionais, em que mulheres trans e travestis aparecem como maioria. Na UnB, quase 60% se identificam como trans não binárias.

Isso aponta para uma combinação de efeito geracional e ambiente institucional favorável à nomeação de identidades fora do binarismo de gênero.

2. Diversidade interna das identidades trans

A diversidade interna das identidades trans evidencia que se trata de um grupo heterogêneo. Essa heterogeneidade exige que as políticas institucionais reconheçam especificidades, evitando respostas genéricas e homogêneas.

3. Implicações para gestão

Sistemas, formulários, documentos e rotinas administrativas precisam se adequar a uma realidade em que a cisnormatividade binária já não corresponde às vivências da comunidade.

5. Vínculo com a UnB

- 282 - Estudantes de graduação (84,4%)



- 20 - Estudantes de pós-graduação (6,0%)
- 22 - Docentes (6,6%)
- 10 - Técnicos(as) administrativos(as) (3,0%)

Análise

1. Alta concentração na graduação

Indica que políticas de acesso vêm surtindo efeito.

2. Baixa presença na pós-graduação

Apenas 6% dos respondentes. Isso indica barreiras de continuidade acadêmica, como desigualdades socioeconômicas, violência de gênero e precarização da permanência.

3. Presença entre docentes e TAEs

Mostra que a pauta é transversal a todos os segmentos da UnB, exigindo políticas integradas de gestão de pessoas, concursos, formação continuada e acolhimento.

4. Implicações

É necessário fortalecer políticas de permanência, progressão e continuidade de trajetórias acadêmicas e profissionais.

6. Preferência de uso de banheiros

- 241 - Banheiro neutro / unissex / agênero (72,2%)
- 58 - Banheiro masculino (17,4%)
- 35 - Banheiro feminino (10,5%)

Análise

1. Demanda majoritária e consistente

A ampla preferência por banheiros sem demarcação de gênero revela uma necessidade estrutural e urgente. Os banheiros binários, como organizados hoje, não atendem a grande parte da comunidade trans.



2. Ambientes de risco e constrangimento

Estudantes relatam abordagens hostis, constrangimentos e sensação de não pertencimento nos banheiros masculinos e femininos, o que afeta diretamente sua saúde mental e permanência no campus.

6.1. Banheiros sem demarcação de gênero como questão de saúde pública

Os atendimentos realizados pela SDH evidenciam que a ausência de banheiros sem demarcação de gênero produz efeitos sanitários diretos sobre a vida acadêmica de estudantes trans. Entre os principais impactos relatados, destacam-se:

- Estudantes trans, especialmente pessoas não binárias e homens trans, que evitam ingerir água durante o dia para não precisarem utilizar banheiros binários;
- Relatos recorrentes de permanência prolongada sem urinar, motivada por medo de retaliações, constrangimentos ou violência psicológica;
- Intensificação desses comportamentos em situações de permanência prolongada no campus, como dias de prova, aulas extensas ou atividades acadêmicas contínuas;
- Registros de sintomas físicos associados à restrição de líquidos, como dor abdominal, tontura, desidratação e mal-estar geral.

Esse padrão está associado a riscos como aumento de ansiedade, estresse, infecções urinárias, desidratação, dores abdominais, além de prejuízos ao rendimento acadêmico. Pesquisas nacionais e internacionais, como os levantamentos da ANTRA, da GLSEN, da Stonewall UK e da TGEU, mostram que uma parcela significativa das pessoas trans evita o uso de banheiros públicos devido ao medo de assédio, violência ou constrangimento.

Em diferentes contextos, esses estudos apontam índices que variam aproximadamente entre 30% e 70% de evitamento sistemático de banheiros, fenômeno que também se manifesta no cotidiano da UnB. Ou seja, o tema ultrapassa a dimensão identitária e deve ser compreendido como uma questão de saúde pública, segurança e permanência estudantil, com efeitos diretos sobre a trajetória acadêmica e o bem-estar das pessoas trans e não binárias.

6.2. Implicações para a gestão da infraestrutura

Com base no mapeamento e nos atendimentos realizados:

- Implantar banheiros de uso individual, sem demarcação de gênero, em áreas de grande circulação dos campi.



- Incluir essa previsão em projetos de reformas e construções futuras;
- Construir orientações oficiais integradas, envolvendo a Reitoria (GRE), os setores acadêmicos e administrativos, a segurança universitária, a Diretoria de Atenção à Saúde Universitária (DASU), bem como institutos e faculdades da UnB.
- Realizar campanhas institucionais permanentes de comunicação, voltadas à redução da hostilidade, da desinformação e de discursos de pânico moral no ambiente universitário.

6.3. Síntese analítica

- 72,2% da população trans prefere banheiros neutros/sem demarcação de gênero;
- A ausência desses espaços afeta diretamente a saúde física e mental, com relatos de adoecimento evitável.
- Implementar banheiros assim é uma política de saúde, segurança e permanência estudantil.

7. Uso de nome social

- 140 - Utilizam nome social (41,9%)
- 194 - Não utilizam (58,1%)

Análise

1. Menos da metade usa nome social, seja porque já retificou o nome civil ou porque enfrenta resistência ou barreiras institucionais.
2. A implementação do nome social ainda é desigual entre cursos, departamentos e sistemas.
3. Reforça a necessidade de padronização, formação e revisão dos fluxos administrativos.

8. Avaliação de acolhimento institucional

- 297 - Consideram a UnB acolhedora (88,9%)
- 27 - Pouco acolhedora



- 10 - Nada acolhedora

Análise

- O dado indica uma percepção majoritariamente positiva, sugerindo que a Universidade de Brasília é compreendida como um espaço relativamente mais seguro quando comparado a outros contextos sociais.
- Essa percepção, contudo, não elimina a existência de barreiras estruturais, especialmente no que se refere ao acesso a banheiros adequados, ao uso do nome social e às condições de ingresso e permanência na pós-graduação.
- A análise isolada desse indicador pode gerar uma leitura excessivamente otimista da realidade institucional, razão pela qual se faz necessária sua articulação com os demais dados do mapeamento.

9. Cursos, unidades e setores com maior incidência

- Destaque para Engenharia, com 26 respondentes, além de presença consistente em Física, Artes, Ciências Sociais, Matemática, Química, Música, Filosofia, Letras e outros setores acadêmicos e administrativos.

Análise

A distribuição dos respondentes evidencia a presença de pessoas trans em diferentes áreas da universidade, abrangendo cursos de distintas áreas do conhecimento e também setores administrativos. Essa transversalidade reforça que a população trans não se concentra em espaços específicos, o que aponta para a necessidade de políticas intersetoriais de acesso, permanência e inclusão que alcancem a universidade como um todo.

10. Síntese analítica geral

Os dados do mapeamento indicam a presença ampla e diversa da população trans, travesti e não binária na Universidade de Brasília, distribuída de forma transversal pelos diferentes cursos e espaços acadêmicos e administrativos. Ao mesmo tempo, evidenciam a persistência de desafios estruturais, especialmente relacionados à infraestrutura de banheiros, ao uso do nome social, às condições de permanência e ao acesso e à continuidade na pós-graduação. Embora a universidade apresente avanços relevantes no campo da inclusão, ainda se observam lacunas institucionais que afetam o bem-estar, a segurança e a trajetória acadêmica dessas pessoas.

11. Considerações finais

O mapeamento demonstra que a Universidade de Brasília tem se constituído como um espaço de acolhimento relativo para pessoas trans, travestis e não binárias. Os avanços identificados convivem, contudo, com limites estruturais que atravessam a infraestrutura física, os sistemas institucionais e as políticas de permanência. Esses limites produzem efeitos diretos sobre a saúde mental, a percepção de sensação de segurança e as possibilidades de continuidade das trajetórias acadêmicas dessas pessoas.



Os episódios recentes de agressões em banheiros evidenciam que ainda existem ambientes no campus que não asseguram proteção, dignidade e respeito à diversidade de gênero, o que reforça a necessidade urgente de medidas estruturais, como a ampliação e institucionalização de banheiros de uso individual, sem demarcação de gênero. De forma articulada, a padronização do uso do nome social e o fortalecimento de uma cultura institucional que reconheça e respeite o nome das pessoas, especialmente de estudantes trans, constituem elementos centrais para a construção de ambientes universitários mais acolhedores e democráticos.

A efetivação de políticas de permanência, o fortalecimento do apoio psicológico, o acolhimento institucional contínuo e o incentivo ao ingresso e à permanência na pós-graduação mostram-se igualmente fundamentais, considerando que desigualdades e vulnerabilidades tendem a se intensificar ao longo da trajetória universitária. Nesse contexto, o monitoramento permanente da população trans na universidade configura-se como estratégia essencial para acompanhar tendências, identificar desafios emergentes e orientar ajustes nas políticas institucionais.

Por fim, destaca-se a importância da realização de novos mapeamentos institucionais, com ampliação do conjunto de informações coletadas e com períodos mais longos de divulgação e participação. A continuidade do levantamento permitirá maior alcance da comunidade universitária, maior qualificação dos dados produzidos e análises mais consistentes ao longo do tempo, contribuindo para o aprimoramento contínuo das políticas de acesso, permanência e inclusão.

Referências Bibliográficas

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. *Boletim n. 3, 4 e 5 (2022–2024): Assassinatos e violência contra pessoas trans no Brasil*. Brasília: ANTRA; IBTE, 2022–2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org>.

GLSEN. *School Climate Survey*. New York: GLSEN, 2018, 2019, 2021. Disponível em: <https://www.glsen.org>.

STONEWALL. *LGBT in Britain – Trans Report*. London: Stonewall UK, 2018. Disponível em: <https://www.stonewall.org.uk>.

TGEU – Transgender Europe. *Trans Rights Map / TMM Trans Murder Monitoring*. 2016–2024. Disponível em: <https://transrespect.org>.

TRANS YOUTH EQUALITY FOUNDATION. *Annual Report on Trans Youth Safety*. 2017–2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Secretaria de Direitos Humanos — SDH. Coordenação LGBTQIA+. *Mapeamento da população trans, travesti e não binária da Universidade de Brasília (UnB)*. Brasília: UnB, 2025. Documento interno.